

1 ATA DA XXXV REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CEMA/PR

2 Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de hum mil, novecentos e noventa e quatro, às
3 nove horas, realizou-se em Curitiba, na Sala dos Governadores, na sede do Governo do Estado
4 do Paraná, no Palácio Iguçu, a XXXV Reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA.
5 Compareceu à sessão de abertura o Senhor Governador MÁRIO PEREIRA, tendo a mesmo sido
6 presidida pelo Presidente do CEMA, Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e Diretor
7 Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, VITÓRIO SOROTIUK. Secretariou a reunião o
8 Senhor PAULO CÉZAR RIZZO CERDEIRA. Compareceram como membros natos do Conselho
9 Estadual, o Secretário de Estado da Educação, JOÃO OLIVIR GABARDO, o Secretário de Estado
10 dos Transportes, ROBERTO LOBO BLASI, a Procuradora Geral do Estado, MARIA MARTA
11 RENNER LUNARDON, o Secretário de Estado da Saúde, JACKSON MIGUEL BADUY e o
12 Representante do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, LUIZ SÉRGIO
13 KNOPKI. Representou a Assembléia Legislativa o Presidente da Comissão do Meio Ambiente,
14 Deputado NEIVO BERARDIN. Estiveram presentes os seguintes membros efetivos ambientalistas:
15 EDUARDO KARDUSH, da Associação Conservacionista de Palmeiras - ACOPAL; VALDINEI
16 FERREIRA MARTINS, da Associação Paranaense de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente;
17 PAULO APARECIDO PIZZI, da Mater Natura; REINALDO ONOFRE SKALIKZ, da Associação do
18 Meio Ambiente de Araucária - AMAR; ROBERTO XAVIER DE LIMA, do Instituto de Estudos
19 Amazônicos - IEA/Curitiba, e PAULO DABRICK, da ADEA. Compareceram também os
20 Conselheiros efetivos docentes NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia Universidade
21 Católica do Paraná; RENATO EUGÊNIO DE LIMA, da Universidade Federal do Paraná; ITAGIBA
22 LEONARDO MORETTI, da Fundação Universidade Estadual de Londrina; JOSÉ ROBSON DA
23 SILVA, da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa. Compareceu as seguintes
24 autoridades convidadas: REINALDO JOSÉ R. DOS SANTOS, Secretário de Estado do
25 Desenvolvimento Urbano; ADHAIL SPRENGER PASSOS, Secretário de Estado da Ciência e
26 Tecnologia; ALSEMIR RODRIGUES, do Batalhão de Polícia Florestal; ELERIAN ZANETTI,
27 Presidente da FUNDEPAR e RUBENS BUENO, Prefeito Municipal de Campo Mourão. Como
28 palestrantes participaram FÁBIO RAMOS, do PROSAM e NESTOR BRAGAGNOLO, da SEAB.
29 Finalmente estiveram presentes ainda os Senhores JAIR ELIAS SANTOS JÚNIOR, do Conselho
30 Municipal da Juventude de Curitiba; MAURI CÉZAR BARBOSA PEREIRA, JUAREZ CORDEIRO
31 DE OLIVEIRA, IRINEU DALLA CORTE, ZILNA HOFFMAN DOMINGUES, JOSÉ LUIZ
32 BOLICENHA, PEDRO LUIZ FUENTES DIAS, todos da SEMA/IAP; FAUSTINO PEREIRA FILHO,
33 do Grupo Ecológico Campos Gerais; ODILMAR GERSON MERLIN, da SEDU; MARIA
34 BERNADETE LANGE, da SPVS e TERESA URBAN, do Fórum das Entidades Ambientalistas da
35 Região Metropolitana de Curitiba. Aberta a sessão, foi anunciada pelo porta-voz do Palácio Iguçu
36 e assinatura dos Decretos Governamentais criando a Floresta Estadual Córrego da Biquinha,
37 constituído pelo lote rural nº 150, da Gleba Imbaú, 3ª parte, no Município de Tibagi, com área de

38 23 hectares; a Floresta Estadual de Santana, compreendida por terrenos rurais situados no
39 Município de Mallet, perfazendo área total de 60 hectares; a Estação Ecológica do Caiuá, com
40 área de 1.427 hectares, localizada no Município de Diamante do Norte e, finalmente, instituindo no
41 território do Paraná a categoria de manejo de Unidades de Conservação, denominada Reserva
42 Particular do Patrimônio Natural Estadual - R.P.P.N., assinados pelo Senhor Governador do
43 Estado do Paraná, MÁRIO PEREIRA e pelo Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e
44 Presidente do CEMA, VITÓRIO SOROTIUK. Fez uso da palavra o Secretário de Estado do Meio
45 Ambiente e Presidente do CEMA, VITÓRIO SOROTIUK, e após cumprimentar as autoridades e
46 presentes à Reunião do Conselho, dizendo que esta é a primeira reunião que se realiza nos dois
47 últimos anos, e que pretende realizar outra ainda neste ano, no mês de dezembro. Lembrou que o
48 Conselho, criado pela Lei Estadual n. 7.978, de 30/11/1984, tem agora uma missão fundamental
49 que é a de assessorar o próximo Governo, em caráter consultivo, no estabelecimento da Política
50 Ambiental para o Estado do Paraná. Mencionou que, recentemente, o Plano Nacional de Meio
51 Ambiente - PNMA, estabeleceu 7 condições para os Estados, Municípios e Organizações Não
52 Governamentais se credenciarem para receber recursos do PNMA, sendo uma delas a existência
53 de um Conselho Estadual do Meio Ambiente, de caráter deliberativo, que realize no mínimo duas
54 reuniões anuais. Observou que, com as reuniões de novembro e dezembro, o Paraná estaria
55 cumprindo parte deste dispositivo e iniciando dentro do próprio Conselho o processo da sua
56 transformação de Instituição de caráter consultivo para deliberativo, bem como da sua nova
57 composição para que haja equilíbrio entre Governo, empresários e cidadãos e que o Conselho
58 possa atingir as suas finalidades. A participação do empresariado, dos cidadãos, das
59 Organizações Não Governamentais neste Conselho é de suma importância porque,
60 recentemente, a nível internacional, foi reconhecida como um dos direitos fundamentais da
61 pessoa humana a participação dos cidadãos na questão ambiental. O Conselho Estadual do Meio
62 Ambiente deve ser o fórum onde o conflito de interesses existentes na sociedade, as opções de
63 desenvolvimento que levam em conta o meio ambiente, a necessidade de proteção do meio
64 ambiente e recuperação das áreas degradadas sejam discutidas de forma ampla e aberta. O
65 governo não tem nada a esconder. Apresentou, a seguir, breve relato das atividades
66 desenvolvidas na sua breve gestão frente à SEMA e Instituto Ambiental do Paraná, destacando as
67 seguintes realizações: retomada de ações ambientais com a criação de três novas unidades de
68 conservação; criação das reservas particulares aonde os proprietários poderão declarar uma área
69 de sua propriedade como Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual, e com isso receber
70 isenções do ITR, credenciando o Município para receber ICMS-Ecológico, beneficiando a
71 sociedade em geral; elaboração de relatório circunstanciando da situação administrativa e
72 financeira deixada pela administração anterior, para apresentação na reunião do Conselho de
73 Administração do IAP, no dia trinta de novembro; elaboração de plano de ação emergencial de
74 sessenta dias; estabelecimento de um Conselho Consultivo, onde as chefias participam
75 democraticamente da gestão da empresa; aprovação do Regime Interno do Órgão, com normas

76 internas claras, “ad referendum” do Conselho de Administração; estabelecimento de Instrução
77 Normativa regulamentado a cobrança e ajuizamento de dívida ativa; reformulação da estrutura de
78 gerência da Instituição com a criação de Assessorias Especiais, sendo uma para tratar dos
79 assuntos de comunicação e outra para Educação Ambiental, que contarão com a contribuição
80 participativa das Organizações Não Governamentais; descentralização das funções institucionais,
81 atribuindo maior amplitude de responsabilidade e trabalho às Chefias dos Escritórios Regionais;
82 constituição de comitê técnico-científico da Instituição, com 5 técnicos de reconhecida
83 competência científica, para junto com a Diretoria estabelecerem um programa de alcance
84 científico para o IAP, com membros oriundos das Universidades Estaduais, Federal e Católica,
85 que se preocupam com a questão ambiental de forma a adotar política científica de
86 desenvolvimento ambiental. Afirmou o Secretário que do meio ambiente é uma paixão, sim, é uma
87 necessidade, as é também uma questão de conhecimento técnico e científico. Continuando disse
88 que a Instituição tem que estar capacitada a aplicar multas ao empresariado quando estes
89 infringem a legislação, mas que é necessário levar-lhes a cartilha do conhecimento técnico e
90 científico, mostrando os procedimentos que evitam a degradação ambiental. O Conselho do Litoral
91 foi retomado para estabelecer estratégias de desenvolvimento para aquela região. Foram
92 contatados Prefeitos, Empresários e ONGs da região, tendo sido realizada reunião com o Senhor
93 Governador para discutir os problemas ambientais do nosso Litoral, ficando aquele Conselho de
94 portas abertas para receber todos os segmentos da nossa sociedade. Foi elaborado questionário
95 sobre a situação ambiental do Estado, encaminhado a todas as Prefeituras Municipais,
96 objetivando saber o que almejam da Secretaria. Houve retomada das licitações para execução
97 das obras do Programa Paraná Rural que estavam suspensas desde março de hum mil
98 novecentos e noventa e quatro, principalmente as que tratavam de insumos para produção de
99 mudas florestais. Foi deflagrado processo licitatório para a editoração das publicações que contém
100 o conhecimento técnico-científico da Instituição, em convênio com a GTZ. Informou que a
101 editoração eletrônica incluirá a Coletânea de Legislação Ambiental atualizada, indispensável para
102 advogados e todos os que se interessam pela questão ambiental. Relatou que estão sendo
103 consertados oito aparelhos usados para medir poluição ambiental que estavam estragados desde
104 março, cujo desleixo acarretou a perda da cadeia histórica da poluição da Praça Rui Barbosa, em
105 Curitiba e do Município de Araucária. Anunciou que foram adquiridos aquecedores para o
106 laboratório de pesca de Toledo, evitando a perda de milhões de larvas, bem como pneus e
107 amortecedores para todos os veículos que se encontravam sem condições de uso, apresentando
108 risco de vida para os funcionário e de insumos para os laboratórios de análises e, seguramente,
109 neste ano, estarão sendo replantados os serviços de controle de balneabilidade em nosso
110 litoral, suspensos desde o ano de 1992. Foram estabelecidos programas de controle para redução
111 da carga poluidora; estudos de compensação aos proprietários rurais pela recuperação de áreas
112 degradadas, relacionamento interinstitucional com a Secretaria de segurança, e de apoio à
113 Secretaria da Habitação no Programa “Direito de Morar”, e com a Secretaria dos Transportes.

114 Foram resolvidas todas as pendências até então existentes com o Paraná Rural e com a COPEL.
115 Em relação ao PROSAM disse que não tem notícias do andamento da sua execução. Foram
116 feitos contatos com os Governadores dos Estados do Sul do Brasil e houve uma reunião no Mato
117 Grosso do Sul aonde reivindicou-se maior participação nas discussões que o Brasil está tendo
118 com relação MERCOSUL e na Câmara Técnica do CONAMA, que discute os problemas
119 transfronteiriços e da Bacia que é comum ao Sul. Teve também audiência com o Senhor Ministro
120 do Meio Ambiente, e está sendo firmado acordo de cooperação técnica com o Mato Grosso do Sul
121 visando a declarar os 200 quilômetros do varjão do Rio Paraná, como uma Estação Ecológica e
122 de Reserva da Biosfera. Foi retomada a política de criação de unidades de conservação, tendo
123 como resultado a assinatura, naquela manhã, de dois Decretos, e informou que, na manhã
124 seguinte, seriam assinados mais 2 Decretos de criação de Unidades de Conservação na Serra do
125 Mar, bem como poderão ser criados ainda mais 2 outras Unidades de Conservação. Com relação
126 à questão florestal do Estado, disse que já foi iniciada a tramitação da Lei Florestal, para que
127 aquele que usa o produto florestal possa fazer sua reposição. Foi inaugurado laboratório de
128 sementes. Está em processo de elaboração diagnóstico completo dos recursos humanos para
129 detectar a realidade funcional visando a disciplinar a Instituição. Foi solicitado ao Governador que
130 se discuta a isonomia do Instituto Ambiental do Paraná entre os funcionários oriundos dos antigos
131 ITCF e SUREHMA, além da questão da periculosidade e insalubridade, o que foi prontamente
132 aceito pelo Governador. Foram realizados vários eventos, tendo destacado os de Auditoria
133 Ambiental; ICMS-Ecológico; dos Faxinais; Encontro Nacional dos Órgãos Estaduais de Terra. Foi
134 encerrado o Programa Água Limpa, neste Governo, em solenidade realizada em Toledo e
135 Palotina, que objetivou melhorar a qualidade da água em 27 pontos de captação, justamente onde
136 a SANEPAR capta água para 2 milhões de paranaenses, desenvolvido em 40 municípios com
137 recursos e apoio da SANEPAR, EMATER, SEAB, dos extintos SUREHMA e ITCF e Prefeituras
138 Municipais. Recuperou cerca de 1.300 km de rios, nos últimos quatro anos, melhorando a
139 qualidade da água de nosso Estado. Encerrando a sua explanação o Secretário do Meio Ambiente
140 informou que ainda em 1994 serão entregues 473 Títulos de Terra. Espera ainda promover ações
141 de Usucapião Especial no sentido de firmar convênios com Sindicatos, Prefeituras e outras
142 Instituições para a entrega de títulos de propriedade para aqueles que não tem recursos para tal.
143 Como ainda disporá de 30 dias para encerrar a sua administração, espera desenvolver outras
144 atividades e encontrar-se com os Conselheiros do CEMA em uma outra reunião para apresentar
145 uma política de discussão com relação às Unidades de Conservação do Estado, objetivando à
146 recuperação das matas ciliares e outros assuntos que o Conselho considere pertinentes. Fazendo
147 uso da palavra, o Senhor Governador MÁRIO PEREIRA disse que ali se encontrava para
148 prestigiar o Conselho Estadual do Meio Ambiente que depois de tanto tempo estava reunido, e
149 que gostaria que fossem discutidos os problemas do meio ambiente do Paraná, buscando cada
150 vez mais uma integração com o Governo envolvendo a sociedade nessa área tão importante. E
151 para demonstrar a importância que o Governo dá a essa reunião assinou Decretos criando Áreas

152 de Preservação e principalmente o de Áreas de Reserva Particular do Patrimônio Natural
153 Estadual, que é uma forma de colocar as Prefeituras fiscalizando e buscando preservar áreas no
154 interesse da sua arrecadação. Justificou que teria que se ausentar da reunião para atender outros
155 compromissos também importantes. Expressou o seu reconhecimento ao trabalho que o
156 Secretário do Meio Ambiente e sua equipe está fazendo a frente da Secretaria e o entusiasmo
157 com que encaram um verdadeiro desafio, para num final de mandato, com tão pouco tempo,
158 emprestarem sua colaboração ao Governo do Estado, externando-lhes os seus sinceros
159 cumprimentos. Disse também da satisfação de poder contar agora com a fiscalização que deverá
160 crescer com a colaboração das ONGs auditando um programa com o Governo. Confessou ainda
161 que se entusiasma com o entusiasmo da equipe da SEMA e do IAP. Desejou pleno sucesso ao
162 transcurso da reunião, agradecendo a oportunidade de ter participado daquele encontro.
163 Prosseguindo a reunião o secretário VITÓRIO SOROTIUK lamentou algumas ausências,
164 registrando a do Dr. ALBERTO CONTAR, que enviou correspondência informando da sua
165 impossibilidade de comparecimento e uma outra ausência marcada pela inexorabilidade do
166 destino, que foi a perda do ROBERTO RIBAS LANGE. Pediu que aquela reunião, de retomada do
167 CEMA, fosse dedicada a sua memória. Comunicou que, no dia seguinte, dia 19, um dos Parques
168 criados na Serra do Mar levaria o nome de "Parque ROBERTO RIBAS LANGE". A seguir, fez uso
169 da palavra FÁBIO RAMOS para exposição sobre o PROSAM - Programa de Saneamento
170 Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba. Iniciando, disse que o CEMA é extremamente
171 interessante, útil ao Estado e muito solicitado, com o qual o PROSAM deveria estar mais
172 integrada. Na seqüência, apresentou as principais linha estruturais do PROSAM, que tem como
173 característica mais importante a da integração das diversas ações ambientais e principalmente o
174 aspecto interinstitucional de gestão ambiental que lhe pareceu inovadora em termos de Estado do
175 Paraná. Uma das suas principais áreas de ação é a de preservação dos mananciais, com o
176 objetivo de aumentar a oferta de água para o abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba,
177 cujas fontes estão fortemente degradadas. Disse que o IAP e à SUCEAM foram atribuídas tarefas
178 de execução do Programa sem a intermediação no processo, visando recuperar o atraso na sua
179 execução. Informou que estarão sendo realizadas licitações no valor de US\$ 14 milhões para a
180 execução de projetos que estavam com o cronograma atrasado, visando que até o final de 1.994
181 ou início de 95 estejam sendo executados. Comunicou que foram resolvidas questões relativas à
182 educação ambiental, que por falha administrativa não foram discutidas com o IAP. Aduziu que os
183 atrasos e contratempos ocorridos na execução do Projeto estão sendo sanados conforme as
184 disponibilidades, e mencionou os seguintes: questão com a Câmara Técnica do Passaúna -
185 revisto o posicionamento político-institucional do Projeto; atraso da licitação para compra de
186 caminhões de lixo - a ser sanado ainda em 1.994. Alegou que o caráter inovador do PROSAM,
187 envolvendo todas as áreas do saneamento e do meio ambiente e ainda o estabelecimento da
188 gestão ambiental, fez com que essa tarefa complexa, onde o Estado pretendia aproveitar apenas
189 técnicos do seu próprio quadro de pessoal, não fosse plenamente executada, como também em

190 razão de choques surgidos entre a legislação brasileira de licitação com as regras do Banco
191 Mundial, que geram diversas dificuldades técnico-administrativas. Entretanto, considerou que esse
192 Programa deverá ter sucesso na seqüência. Um dos segmentos do PROSAM é o da Auditoria
193 Ambiental, no qual o Estado possibilita que as ONGs intervenham no processo de execução do
194 programa e paga pelos serviços de auditoria prestados pelas ONGs. Esta é uma concepção
195 moderna de administrar programas de interesse público. Finalizando, recomendou maior
196 integração entre o CEMA e o PROSAM, pois que acredita que o programa deverá ser estendido
197 também a outras regiões do Estado. O Presidente do CEMA concedeu a palavra aos presentes
198 para se manifestarem a respeito da exposição feita sobre o PROSAM. A seguir passou a palavra
199 ao representante da SEAB, NESTOR BRAGAGNOLO, para a apresentação do programa
200 PARANÁ RURAL. Na seqüência, o palestrante NESTOR BRAGAGNOLO, da SEAB, traçou um
201 pequeno diagnóstico do Programa de Manejo e Conservação do Solo e da Água - Paraná Rural,
202 financiado pelo Banco Mundial, na parte relacionada com o manejo de recursos naturais no meio
203 rural paranaense, descrevendo a situação em que se encontra, em termos de evolução,
204 apresentando alguns resultados alcançados em decorrência da execução do Programa nos
205 últimos 5 anos. Iniciou dizendo que o Programa compreende um conjunto de práticas de manejo
206 agrosilvipastoril que objetiva o melhor uso dos recursos naturais, prosseguindo com a
207 apresentação dos diversos componentes que constituem o Paraná Rural, como também dos
208 recursos financeiros alocados. Salientou que a unidade básica de execução do Programa se dá
209 em termos de integração de micro-bacias hidrográficas, tendo sido trabalhadas 2.340 micro-bacias
210 que abrangem cerca de 6,8 milhões de hectares, cobrindo 34% da área total do Estado,
211 equivalente a 46% da área agricultável do Paraná. Esclareceu que a indicação das micro-bacias é
212 feita pela comunidade municipal interessada. Informou que uma das práticas de manejo
213 implantadas pelo Programa e que mais contribui para a conservação dos recursos naturais é a do
214 plantio direto, aumentando o período de cobertura do solo, associada a outras práticas de
215 conservação, como a do terraceamento. Citou, como referência, os dados do Município de
216 Tupãssi, no norte do Estado, onde são trabalhadas 5 micro-bacias, que já tem todas as suas
217 estradas rurais conservadas, com a área agrícola terraceada e em boa parte reflorestada. Mostrou
218 que a produtividade média de milho naquele Município passou de 3.307 kg por hectare, antes da
219 implantação do Programa, para 5.046 kg por hectare após a sua implantação. Informou que nos 4
220 milhões e quatrocentos mil hectares já trabalhados no Estado, mais de 400 mil hectares foram
221 corrigidos, resultando em aumento da produtividade agrícola de 10 a 30%. Relatou que esse
222 aumento de produtividade rendeu para o Estado uma arrecadação de 100 milhões de dólares em
223 ICMS. Salientou como um ou outro aspecto positivo do Programa a melhoria da trafegabilidade
224 das estradas rurais, apresentando menores custos de conservação, diferenciando que em uma
225 estrada readequada há redução de até 50% no seu custo de manutenção, sendo que algumas
226 Prefeituras levam até 2 anos sem passar as máquinas pelas estradas readequadas. Demonstrou
227 que a economia proporcionada pela readequação das estradas permite que as Prefeituras

228 apliquem seus recursos financeiros em outras áreas, como a da educação e da saúde. Informou
229 que outro segmento do Programa dedica-se à redestinação dos dejetos animais que eram jogados
230 “in natura” diretamente nos rios. Foram construídas mais de 100 esterqueiras à nível de
231 propriedade, e adquiridos mais de 300 distribuidores comunitários de esterco, o que resultou em
232 despoluição dos rios e principalmente dos mananciais, e trouxe uma economia para os
233 proprietários rurais de cerca de um milhão e meio de dólares por ano, com a aplicação de
234 nitrogênio, fósforo e potássio, derivados do esterco. Esclareceu que este exemplo de Tupãssi
235 repete-se praticamente em todos os outros municípios onde o Programa foi implantado, com
236 inegáveis resultados positivos em termos de manejo dos recursos naturais, como também de
237 melhoria das condições ambientais, notadamente da oferta de água com qualidade para o
238 abastecimento da população. Finalizou dizendo que há uma expectativa de que, no ano 2.000,
239 cada agricultor no campo precisará alimentar 4 pessoas na cidade, ou seja, cerca de 200 milhões
240 de brasileiros, o que necessitará a produção de 140 milhões de toneladas de grãos, e que o
241 Paraná Rural demonstra cabalmente ser o meio através do qual se poderá atender essa demanda
242 sem oferecer riscos aos recursos naturais, encerrando a sua apresentação. Retomou a palavra o
243 Presidente do CEMA, expressando que o Paraná Rural mereceria uma apresentação no programa
244 Globo Ecologia, como um exemplo de busca de melhoria de qualidade de vida, com aumento de
245 produção, sem oferecer riscos ao meio ambiente. A seguir abordou o terceiro tema da pauta da
246 reunião, qual seja a discussão da nova composição do Conselho, e sua transformação de caráter
247 consultivo para deliberativo. EDUARDO KARDUSH, da ACOPAL, solicitou o uso da palavra para
248 elogiar o Programa Paraná Rural e para confirmar os termos da exposição feita pro NESTOR
249 BRAGAGNOLO, pois que, como representante de associação que está diretamente ligada ao
250 meio rural, tem percebido claramente as melhorias das condições ambientais e de produção
251 agrícola decorrentes daquele Programa, sugerindo que o novo Governo seja sensibilizado, para
252 que o Paraná Rural não só tenha continuidade, mas seja ampliado para todo o Estado. Na
253 seqüência, NESTOR BRAGAGNOLO informou que os contatos mantidos com o BID revelaram
254 interesse daquela agência de financiamento em dar continuidade à implantação do Programa,
255 face aos resultados positivos alcançados, que acenam com a possibilidade de reduzir em até
256 100% o problema da erosão no meio rural. Retomando a palavra, o Presidente VITÓRIO
257 SOROTIUK salientou que uma das questões críticas do Conselho é a de que a indicação de
258 representação dos Órgãos Públicos seja de pessoas que efetivamente estejam trabalhando com a
259 questão do meio ambiente, e que sejam designados por um período fixo e determinado, com o
260 firme propósito de participar de todas as atividades do CEMA. Mencionou que a outra questão é a
261 de definir o nível do seu caráter de deliberação, tendo como referencial o CONAMA. Destacou
262 ainda os aspectos referentes a representatividade dos seus membros, ou seja, os pesos, as
263 ponderações na sociedade como a do Governo do Estado, das ONGs, dos empresários, que
264 realmente se sintam todos com presença efetiva dentro do Conselho. Como quarto ponto, referiu-
265 se à organização interna do CEMA, que através de Câmaras Técnicas poderá alcançar maior

266 fluidez no seu trabalho. Para tanto, destacou como quinto ponto que os representantes de Órgãos
267 oficiais designados para integrarem o Conselho disponham de infra-estrutura mínima, como
268 secretária, veículo e remuneração compatível, como acontece com o CONAMA. Na continuidade,
269 disse que, apesar de todos os contratempos enfrentados, a retomada da convocação do CEMA
270 contava ali com a presença de 16 dos 22 Conselheiros originais e que, portanto, poderia ser
271 constituída uma Comissão para iniciar o processo de discussão da proposta de sua reformulação,
272 deixando livre a palavra aos presentes, para que, inclusive, se manifestassem com relação às
273 representações que serão renovadas por decorrência de término de mandato executivo como
274 também de representantes de outras entidades que foram designados por eleição ou indicação.
275 Registrou alguns eventos que estariam sendo realizados no período, na área ambiental, como os
276 de Poluição Atmosférica, Radiações Solares e a Questão Ambiental, Recursos Hídricos, e ICMS-
277 Ecológico. Fazendo uso da palavra, TEREZA URBAN solicitou esclarecimentos ao Presidente do
278 CEMA, de como seria procedida a renovação e a alteração da natureza do Conselho, de
279 consultivo para deliberativo. O Presidente considerou que o ideal seria que cada um dos Membros
280 Natos fizesse a indicação de um representante, em caráter permanente, para que assim se
281 procedesse, com maior autenticidade, a renovação do CEMA e, aduziu, por outro lado, que a
282 alteração da sua natureza deveria se dar de acordo com o que dispõe a legislação vigente.
283 Lamentou, todavia, que, do corpo de Conselheiros não constasse, conforme o cadastro do
284 Conselho, com representantes dos diferentes setores empresariais, que muito poderiam estar
285 contribuindo para sua maior eficácia. TERESA URBAN retornou a palavra argumentando a
286 necessidade de garantir a renovação do Conselho dentro das possibilidades e condições
287 existentes naquele momento, contrapondo que a alteração de sua natureza seria possível de ser
288 realizada após mudança de sua composição. Complementou sugerindo a alteração da
289 representação das Secretaria de Estado, no sentido de que as mesmas não fossem mais
290 representadas pelos seus respectivos Senhores Secretários, face à grande agenda de
291 compromissos que os mesmos sempre têm, ao que o Presidente esclareceu que os Secretários
292 de Estado sempre dispuseram do poder de delegação para tal. Concluindo seu pronunciamento, a
293 representante do Fórum das Entidades Ambientais da Região Metropolitana de Curitiba propôs
294 que fosse constituída uma Comissão Especial integrada por alguns dos atuais representantes, ali
295 presentes, para discutir a reformulação do Conselho, abordando, inclusive, a inclusão de
296 representantes, ali presentes, para discutir a reformulação do Conselho, abordando, inclusive, a
297 inclusão de representantes de outros setores da sociedade organizada, que não só o dos
298 empresários, mas também a dos trabalhadores. VITÓRIO SOROTIUK informou que, com esse
299 propósito, fora feito convite para que a Força Sindical, como representante da Central Sindical dos
300 Trabalhadores, participasse daquela região, o que, por motivos não informados, não havia
301 ocorrido. Acatando a sugestão então proposta, o Presidente propôs que se procedesse entre os
302 presentes a indicação dos integrantes da Comissão Especial, conforme o sugerido, para início
303 imediato dos trabalhos de discussão das alterações da lei da criação do CEMA, para apressar a

304 sua promulgação ainda na atual legislatura, promovendo a mudança de sua natureza, de
305 consultivo para deliberativo. Manifestando-se, os Conselheiros argüíram quanto à validade e à
306 oportunidade política de tentar promover a alteração da lei, que se faz necessária, bem como se
307 não haveria impedimento legal ou regimental para promover a indicação da nova composição e
308 dos seus respectivos representantes. Usando da palavra, RENATO LIMA, representante da
309 UFPR, defendeu que não deveria existir impedimento algum de promover a escolha de novos
310 representantes, concordando com o processo de indicação, conforme o formulado pelo Presidente
311 do CEMA. PAULO PIZZI, representante da Mater Natura, disse que a proposta de renovação do
312 Conselho não era questão nova, pois que a mesma já estava sendo discutida desde uma reunião
313 realizada pela UNEAP - União das Entidades Ambientistas do Paraná, numa congregação de
314 mais de trinta entidades ambientalistas. EDUARDO KARDUSH manifestou sua preocupação com
315 a perspectiva de incorrer em processo de solução de continuidade, sugerindo que face a
316 precedente abertura política do CEMA, que as alterações que estavam sendo propostas deveriam
317 ser deflagradas na primeira reunião do Conselho já dentro da administração do novo Governo. O
318 presidente argumentou que nada impedia que se desse continuidade aos trabalhos, como o do
319 recadastramento das entidades ambientalistas, bem como com relação ao do de eleição de novos
320 representante, para que até o dia 10 de Dezembro, já com os novos representantes eleitos,
321 realizar a segunda reunião do Conselho neste ano de 1.994. Na continuidade considerou que
322 haveria até a possibilidade de convocação de uma reunião extraordinária, para a discussão e as
323 alterações na lei de criação do CEMA, que se fazem necessárias, no sentido de alterar a sua
324 natureza de consultivo para deliberativo. Propôs então a formação de uma comissão de cinco
325 membros, com a seguinte representação: SEMA, representada por PAULO CÉZAR RIZZO
326 CERDEIRA que é o coordenador do CEMA; ONGs, representadas por ambientalistas indicado
327 pelo seu respectivo fórum, tendo sido indicada e acolhida TERESA URBAN; como representante
328 da Assembléia Legislativa, NEIVO BERARDIN; PGE, a ser representada por procurador a ser
329 indicado pela Procuradora Geral do Estado, MARIA MARTA LUNARDON, ali presente; e por
330 último, sugeriu, como quinto membro, fosse indicado um representante da FIEP, para articular o
331 novo setor a fazer parte da Composição do CEMA. Usando da palavra, TERESA URBAN,
332 contrapôs, argumentando que a Comissão fosse formada somente por membros que já
333 estivessem fazendo parte da sua composição e que, para tal, ela renunciaria a sua indicação
334 como antes havia sido acolhido, de representante das ONGs. EDUARDO KARDUSH fez então a
335 indicação de PAULO PIZZI para integrar a Comissão como representante das ONGs. ROBERTO
336 XAVIER apoiou a indicação. O Presidente do CEMA, após outras intervenções, retomou a palavra
337 e consolidou a proposta no sentido que a Comissão ficasse integrada por representantes da
338 SEMA-IAP, ONGs, Assembléia Legislativa, PGE, UFPR e, tendo, TEREZA URBAN, como
339 consultora, podendo a Comissão procurar a contribuição de outros consultores, conforme viesse a
340 ser do seu interesse, a fim de que os trabalhos da mesma tivessem início imediato, sob a
341 coordenação de PAULO CERDEIRA. Completou dizendo que a eleição de novos representantes-

342 integrantes do CEMA deverá ser realizada tão logo fique complementado o cadastro de ONGs do
343 Paraná. Após, passou a tratar da última parte da agenda da reunião, a dos Assuntos Gerais,
344 abordando a Lei Florestal, que está tramitando na Assembléia Legislativa, cuja lei, conta com
345 algumas falhas de natureza técnica e que, se aprovada assim como está tramitando, poderá
346 representar prejuízos à questão ambiental no Estado. Disse que considera prematura a tramitação
347 daquela lei, visto que a mesma não está suficientemente discutida por todos os setores
348 interessados, bem como, que poderá confrontar com alguns dispositivos da Lei estadual do Meio
349 Ambiente e que é anterior. TEREZA URBAN manifestou-se dizendo que aquele projeto de Lei, tal
350 qual como está proposto, é muito preocupante e que a mesma representa, se aprovada, graves
351 deformações de natureza legal e é também inconstitucional, pautando-se por uma preocupação
352 exclusivamente produtivista, desconsiderando os objetivos constitucionais do Estado, de
353 preservação dos nossos recursos naturais, que propõem a sua exploração de forma racional,
354 principalmente para o Paraná que só tem 3% (três por cento) da sua cobertura florestal original.
355 Aduzindo disse que se deve pautar por uma ótica conservacionista para a função produtiva, do
356 que ao contrário. A lei precisa ser revista, melhorada, contar com o aporte de conhecimento
357 técnico e científico, e nesse sentido, solicitou o apoio do Senhor Deputado NEIVO BERARDIN,
358 representante da Assembléia Legislativa, para que o mesmo intervenha no processo da sua
359 tramitação, procurando conseguir tempo para sua melhor redação, no interesse de toda a
360 sociedade. O senhor Deputado informou que aquele projeto-de-lei já está em pauta e que já foi
361 aprovado em primeira discussão, e que ele procuraria pelo Presidente da Assembléia Legislativa
362 para saber se as discussões já haviam sido encerradas, e em caso contrário, requereria a sua
363 suspensão e retirada pro algumas sessões, a fim de que venha a sofrer os reparos que merece.
364 TEREZA URBAN retomou a palavra aduzindo que tal iniciativa já havia sido tomada por técnicos
365 representantes de ONGs e do futuro Governo, tendo sido concluído que está muito difícil reparar
366 aquele projeto-de-lei e que, talvez, tecnicamente, o mais correto talvez seja o de propor um
367 substitutivo ao mesmo, ao que, o Deputado NEIVO BERARDIN, argumentou que, com certeza
368 aquela seria uma proposta viável, mas que com última oportunidade, dentro de um processo de
369 articulação política, poderia ser tentado conseguir, o veto do Senhor Governador, RENATO
370 EUGÊNIO DE LIMA propôs que o CEMA manifeste-se contrário a aprovação do projeto da Lei
371 florestal, porque o mesmo não foi submetido a apreciação do Conselho Estadual do Meio
372 Ambiente, tal qual como dispõe a lei que o criou, mesmo porque, a Lei Estadual do Meio Ambiente
373 ainda não foi aprovada e é de maior amplitude, isso antes que não se tenha mais meio ambiente
374 para se cuidar. Posta em discussão, foi aprovada a proposta. Tendo ficado livre a palavra
375 RENATO EUGÊNIO DE LIMA levantou a questão da situação do Parque do Quartelá, que está
376 juridicamente constituído mas que, fisicamente não está devidamente definido, visto que ainda
377 não ocorreu a desapropriação da área. O Presidente do CEMA informou que os recursos para
378 desapropriação do Parque foram alocados no orçamento do Estado mas que o que ocorreu, foi
379 que não houve o devido encaminhamento na própria SEMA do processo desapropriatório, por

380 parte da anterior administração, mas que agora o mesmo estava sendo retomado com vistas à
381 sua consecução, mas que dificilmente deverá ocorrer neste exercício de 1.994. Na seqüência
382 VITÓRIO SOROTIUK, falando a respeito de unidade de conservação informou que já estavam
383 prontos, para a assinatura no dia seguinte, os Decretos de criação de duas novas unidades
384 situadas na região da Serra do Mar, uma a do Pau Oco, com 905,0 hectares e outra a do
385 PARQUE ESTADUAL ROBERTO RIBAS LANGE, com cerca de 2.698,0 hectares; que no início
386 do mês de dezembro, o Estado receberá da União, por doação, uma área de 3.600,0 hectares que
387 será incorporada ao Parque das Lauráceas, na Região Norte de Curitiba, que ficará com uma área
388 total de 27.000,0 hectares; que a Mata de São Francisco já foi adquirida pela CESP e que a
389 mesma será transformada em Estação Ecológica; está sendo requerida a transferência imediata
390 de uma área de 1.000,0 hectares no Rio dos Touros como compensação pela construção da
391 Usina Hidrelétrica de Segredo para agregar à sua Estação Ecológica; que está pronto também o
392 Decreto para a criação da Estação Ecológica da Ilha Grande, com 28.000,0 hectares, no Rio
393 Paraná, bem como, que está em discussão o processo de cooperação técnica com o Estado do
394 Mato Grosso do Sul para a criação da área de Reserva da Biosfera na extensão de 200 km no
395 varjão do Rio Paraná, que vai de Guaíra até a UH-Primavera. Entre outros procedimentos
396 ambientalistas e conservacionistas informou que a SEMA já está discutindo com o BIRD e com o
397 DNER com relação à duplicação da BR-116, no trecho São Paulo - Curitiba, para que haja uma
398 compensação por sua intervenção na Serra do Mar, que seja criado o Parque Bi-Estadual da
399 Serra Negra e, com relação ao trecho rodoviário do Contorno Leste de Curitiba que passa por
400 áreas de mananciais, que haja uma compensação ambiental com áreas situadas na vertente norte
401 da Baía de Guaratuba, na Região da Lagoa do Parado, para a criação de um Parque. Com
402 relação à Unidade de conservação de um Parque de Araucárias, informou que o senhor
403 Governador MÁRIO PEREIRA levou esta proposta ao exterior, para negociar recursos de US\$
404 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares) para sua criação, essencial para complementar a
405 representatividade de todos os ecossistemas do Estado do Paraná, para que, então, se inicie
406 efetivamente o processo de sistematização, monitoramento e controle de todas as Unidades de
407 Conservação do Estado. Na seqüência EDUARDO KARDUSH propôs um voto de louvor à Equipe
408 do Paraná Rural, pelo seu desempenho e que se publique os resultados alcançados; um voto de
409 pesar aos familiares de ROBERTO RIBAS LANGE, pelo seu falecimento, com a elaboração da
410 sua biografia para encaminhamento à todas as escolas do Paraná, como exemplo de luta pelas
411 causas ambientais no nosso Estado, com prospecto alusivo ao Parque Estadual que levará seu
412 nome. Postas em discussão, as propostas foram votadas e aprovadas. Como ninguém mais fez
413 uso da palavra, o Presidente do CEMA deu por encerrada a reunião, deixando como tema de
414 pauta para a próxima reunião, que deverá ser realizada, em data anterior à de 25 de dezembro a
415 posição do Governo com relação aos encaminhamentos da Lei Estadual do Meio Ambiente, da Lei
416 Florestal e a APA de Guaraqueçaba, da qual eu _____, na condição de
417 Secretário, lavrei a presente Ata. Curitiba, 18 de novembro de 1.994.